



## **PROJETO DE LEI Nº 854, DE 2015**

**“Torna obrigatória a manutenção de ao menos 1 (um) exemplar da Lei Maria da Penha em escolas e bibliotecas públicas, unidades de saúde e delegacias de polícia.”**

**Autora: Deputada Conceição Sampaio**  
**Relatora: Deputado Soraya Santos**

### **I – RELATÓRIO**

O projeto de lei em exame, de autoria da Deputada Conceição Sampaio, visa a tornar obrigatória a manutenção de ao menos um exemplar da Lei Maria da Penha em escolas e bibliotecas públicas, unidades de saúde e delegacias de polícia.

Apreciado pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – CSPCCO, recebeu parecer pela aprovação, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Carmen Zanotto.

Nesta Comissão de Finanças e Tributação, o Projeto não recebeu emendas no prazo regimental.

É o relatório.



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO  
PL Nº 854/2015.

## II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão examinar a proposição exclusivamente quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, nos termos do art. 53 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e de Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, de 29 de maio de 1996, que *"estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira"*.

É identificada geração de despesa no que diz respeito ao custo de aquisição ou impressão de cada exemplar da referida Lei Maria da Penha. Contudo, entendemos importante levar em conta que tal custo é de pequena relevância, não representando peso significativo sobre o orçamento dos órgãos. No nosso modo ver, portanto, seria um exagero exigir os procedimentos de estimação de custos e de compensação orçamentária previstos no art. 113, da LDO-2016, bem como nos arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Além disso, é de se notar que esta Proposta não impõe penalidade, certamente concedendo certa flexibilidade na implementação da medida de acordo com os recursos disponíveis.

Diante do exposto, somos pela ADEQUAÇÃO orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 854, de 2015.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2016.

**Deputada Soraya Santos**  
**Relatora**